

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 DO INQUÉRITO POLICIAL

1.	Razão de ser do inquérito	1
2.	Inquéritos extrapoliciais. Funções da Polícia Civil	2
3.	Fixação das atribuições da Polícia Civil	2
4.	Finalidade do inquérito policial	3
5.	Caracteres do inquérito policial	3
6.	Diligências que podem ser determinadas no curso da investigação policial	4
7.	Prazo para a conclusão do inquérito	8
8.	Pode a autoridade policial arquivar autos do inquérito?	8
9.	É indispensável o inquérito?	8
10.	Qualificação direta ou indireta do indiciado	9
11.	O relatório	9
12.	A condução coercitiva do indiciado	9
13.	Como se inicia o inquérito policial?	10
14.	Como saber se tal ou qual crime é de ação pública incondicionada ou condicionada ou de ação privada?	11
15.	Como se inicia o inquérito policial nos crimes de ação pública incondicionada?	14
16.	Modelo de portaria. Observações	14
17.	Modelo de requisição do Promotor de Justiça. Observações	16 ✓
18.	Modelo de requisição do Juiz. Observações	18
19.	Modelo de requerimento da vítima. Observações	20
20.	Modelo de representação (reduzida a termo). Observações	22 ✓
21.	Modelo de representação feita por procuração. Modelo de procuração. Observações	25
22.	Modelo de requerimento para instaurar inquérito em crime de ação privada. Modelo de procuração. Observações	27

CAPÍTULO 2

DA PRISÃO EM FLAGRANTE

1.	O auto de prisão em flagrante como peça inicial do inquérito. Modelo	35
2.	Sentido da expressão “flagrante delito”	38
3.	Fundamento da prisão em flagrante	38
4.	As modalidades de flagrante	39
5.	Sujeito ativo e sujeito passivo da prisão em flagrante	40
6.	A prisão em flagrante como ato administrativo	42
7.	A prisão em flagrante nos crimes de ação pública condicionada à representação e nos crimes de ação privada	42
8.	Como se lavra um auto de prisão em flagrante	42
9.	Providências imediatas a serem tomadas após a lavratura do auto	43
10.	Prazo para a conclusão do inquérito iniciado por auto de prisão em flagrante	44
11.	O curador do indiciado menor no auto de prisão em flagrante	45
12.	O flagrante nos crimes permanentes e nos crimes habituais	45
13.	Se depuser no auto apenas uma testemunha, será válida a peça coercitiva?	46
14.	Observações sobre a prisão em flagrante	46
15.	Flagrante preparado e flagrante esperado	52

CAPÍTULO 3

DA JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

1.	Etimologia. Noções	56
2.	Conceito	59
3.	A função de julgar é exclusiva do Poder Judiciário?	59
4.	Característicos	60
5.	Princípios	62
6.	Divisão da jurisdição	63

7.	Competência	64
8.	Delimitação do poder de julgar	65
9.	Onde a causa penal deve ser julgada?	67
10.	Prerrogativa de função	70
11.	Conexão e continência	72

CAPÍTULO 4

DA AÇÃO PENAL

1.	Direito de ação	81
2.	O processo	82
3.	O processo, forma civilizada para a composição dos litígios	84
4.	Ação penal: conceito	85
5.	Classificação subjetiva da ação penal	85
6.	Como se inicia a ação penal: mediante denúncia ou queixa	87
7.	As condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, legitimidade para agir e interesse de agir	87
8.	Condições específicas da ação	90
9.	Rejeição da denúncia ou queixa	92
10.	Que providências podem ser tomadas quando o Juiz rejeita ou recebe a denúncia ou a queixa?	93
11.	Pode o Promotor desistir da ação penal?	93
12.	Como se instaura o processo	94
13.	Quando o Promotor recebe autos de inquérito, que providências pode tomar?	94
14.	Que deve conter a denúncia?	94
15.	Modelo de denúncia	95
16.	Observações práticas sobre a atividade do Promotor ao receber os autos do inquérito	96
17.	Prazos para a denúncia	96
18.	O despacho do Juiz recebendo a denúncia	97
19.	Outras observações	99
20.	Pedido de devolução dos autos à Polícia para novas diligências	101
21.	Observações	102

22.	Pode a autoridade policial deixar de realizá-la?	103
23.	Pedido de arquivamento: modelo	103
24.	Observações	104
25.	Arguição de incompetência: modelo	106
26.	Conflito de atribuições e de competência	108

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO PENAL PRIVADA

1.	Observações sobre a queixa	114
2.	A decadência do direito de queixa	116
3.	Procedimento do Juiz ao receber a queixa	117
4.	A queixa nos crimes contra a honra. A perempção	120
5.	O perdão	120
6.	Caso a ofendida complete 18 anos e não exerça o direito de queixa, ao atingir os 19 pode seu representante legal, que soube tardiamente quem foi o autor do crime, oferecer queixa?	121
7.	As custas do processo	126
8.	Modelo de queixa	127
9.	Modelo de procuração	128

CAPÍTULO 6

DA DEFESA PRÉVIA

1.	É a defesa prévia obrigatória ou facultativa?	129
2.	Exemplo de defesa prévia	130
3.	Observações sobre a defesa prévia	131

CAPÍTULO 7

DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO

1.	O assistente de acusação	136
2.	Em que casos pode habilitar-se a vítima como assistente? ..	136

3.	A função do assistente	137
4.	Ouvida do Ministério Público	138
5.	Cabe recurso do despacho do Juiz que admite o assistente? E se não o admitir?	138
6.	Atividade do assistente	139
7.	Em que hipóteses pode recorrer?	139
8.	Prazo para a interposição de recurso pelo assistente	141
9.	Pode o Poder Público intervir como assistente?	142
10.	A intimação da sentença	143
11.	Modelos de pedido de habilitação de assistente	143
12.	Modelo de procuração	144

CAPÍTULO 8

DO INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO

1.	O fato típico	146
2.	A antijuridicidade	147
3.	A culpabilidade	148
4.	A imputabilidade	149
5.	A importância do exame de sanidade	149
6.	Critérios para aferir a inimputabilidade	150
7.	Os menores de 18 anos	150
8.	Os doentes mentais	151
9.	A embriaguez	152
10.	A fusão dos elementos etiológico e psicológico	153
11.	Como se comprova a inimputabilidade?	154
12.	Oportunidade para o exame de insanidade mental	156
13.	Legitimidade	157
14.	Procedimento	157
15.	Formulação dos quesitos	158
16.	A doença mental antes e depois da prática da infração	160
17.	Fica o Juiz vinculado à perícia?	161

CAPÍTULO 9

DAS FORMAS PROCEDIMENTAIS

1.	Conceito de procedimento	162
2.	Processo e procedimento	162
3.	As alterações introduzidas no Processo Penal	164
4.	Formas procedimentais	167
5.	Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	168
6.	Procedimento na hipótese de foro sem prerrogativa de função	181
7.	Procedimento-regra para os crimes apenados com reclusão	182
8.	Suspensão condicional do processo	186
9.	Crimes apenados com reclusão sujeitos a procedimentos especiais	199
10.	Crimes da competência do Júri. A primeira fase	201
11.	Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação	202
12.	Pronúncia. Efeitos. Libelo. Contrariedade	206
13.	A competência do Tribunal do Júri	213
14.	O Júri e suas linhas estruturais. A soberania dos <i>veredicta</i> ..	214
15.	Organização e funcionamento do Júri	226
16.	Sentença condenatória. Sentença absolutória. Desclassificação	251
17.	Modelo de sentença absolutória. Observação	253
18.	Modelo de sentença condenatória. Observação	254
19.	Modelo de sentença em caso de desclassificação. Observação	255
20.	Questionário	260

CAPÍTULO 10

DOS OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PARA CRIMES APENADOS COM RECLUSÃO

1.	O procedimento dos processos por crimes falimentares	275
2.	O foro competente	276
3.	O inquérito judicial	276
4.	É contraditório este inquérito?	277
5.	O não-oferecimento de denúncia no juízo falencial impede a propositura da ação no juízo criminal?	279

6.	Quando é possível a denúncia ao juízo criminal	280
7.	Quando é possível a queixa no juízo criminal e no juízo falencial	282
8.	Prazos	284
9.	A importância da sentença declaratória da falência	286
10.	A ação penal nas pequenas falências	288
11.	O procedimento dos processos por crimes de imprensa	291
12.	Os prazos prescricionais	292
13.	O procedimento	294
14.	Pode haver inquérito policial nos crimes de imprensa?	296
15.	O procedimento dos processos por crimes eleitorais	297
16.	O procedimento dos processos por crimes de responsabilidade de prefeitos municipais. Observação	300
17.	Entorpecentes. Observações	303
18.	Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	311
19.	Os crimes contra a fauna	312
20.	Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores	314

CAPÍTULO 11

DO PROCEDIMENTO PARA OS CRIMES APENADOS COM DETENÇÃO

1.	O procedimento comum para os crimes apenados com detenção	315
2.	O procedimento na hipótese dos crimes apenados com detenção, cuja pena máxima não ultrapasse um ano (reservados os crimes de trânsito) e que não se subordinem a procedimento especial	317
3.	O procedimento sumariíssimo	323
4.	Modelo de termo circunstanciado	325
5.	O procedimento especial para os crimes apenados com detenção	327
6.	O procedimento dos processos por crimes de abuso de autoridade	327
7.	O procedimento nos crimes contra a economia popular. Observações	329
8.	Crimes de imprensa apenados com detenção: procedimento	331

9.	Crimes da competência do Júri apenados com detenção: procedimento	331
10.	Crimes falimentares apenados com detenção: procedimento	331
11.	Crimes contra a propriedade imaterial: procedimento	332
12.	Crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público, quando apenados com detenção: procedimento	336
13.	Crimes contra a honra: procedimento	339
14.	Entorpecentes	346
15.	Crimes da Lei das Licitações	346

CAPÍTULO 12

DO PROCEDIMENTO CONTRAVENCIONAL

1.	Preliminares	348
2.	O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP	349
3.	O novo rito	350
4.	Quando se utiliza o procedimento previsto no CPP	351
5.	O procedimento especial	352
6.	Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?	353
7.	O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	353

CAPÍTULO 13

DAS ALEGAÇÕES

1.	Alegações finais: exemplo	357
2.	Observações sobre as alegações finais	359
3.	As alegações orais, ou debates, nos denominados “processos sumários”. Observações	361

CAPÍTULO 14

DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIA

1.	Da prisão provisória	364
2.	Quando é necessária a prisão processual?	366

3.	A prisão decorrente de pronúncia e de sentença penal condenatória recorrível.....	368
4.	Da prisão preventiva.....	369
5.	Da prisão temporária.....	371
6.	Anotações sobre o flagrante.....	375
7.	Da liberdade provisória.....	376
8.	Da fiança. As hipóteses de inafiançabilidade.....	377
9.	Limites da fiança.....	383
10.	Autoridade competente para arbitrar o valor da fiança.....	385
11.	Extinção.....	385
12.	Fiança sem efeito.....	386
13.	Reforço.....	386
14.	Fiança sem objeto.....	387
15.	Condenação.....	387
16.	Execução.....	387

CAPÍTULO 15 DA SENTENÇA

1.	Sentença absolutória: exemplo.....	388
2.	Sentença condenatória: exemplo.....	389
3.	Observações sobre a sentença.....	391

CAPÍTULO 16 DO LIBELO

1.	Noções sobre o libelo.....	408
2.	Pode a pronúncia, após a preclusão <i>pro judicato</i> , ser alterada?	409
3.	Exemplo de libelo.....	409
4.	Observações sobre o libelo.....	410
5.	Libelo em série. Observações.....	411
6.	Outros modelos. Observações.....	412
7.	Contrariedade do libelo. Observações.....	414

CAPÍTULO 17

DAS NULIDADES

1.	Noções preliminares	416
2.	Ato inexistente	416
3.	Atos nulos e irregulares	417
4.	A nulidade	418
5.	Atos essenciais	418
6.	Formalidades essenciais	419
7.	A classificação dos atos e das formalidades	420
8.	Incompetência, suspeição e suborno do Juiz	421
9.	Ilegitimidade de parte	421
10.	Relação dos atos estruturais	422
11.	Nulidades absolutas e relativas no CPP	426
12.	Momento para a argüição da nulidade	428
13.	Poderá o Juiz, sem provocação, conhecer da nulidade?	428
14.	Quem pode argüir a nulidade?	429
15.	Modos de sanabilidade	429
16.	Pode haver nulidade em inquérito?	429

CAPÍTULO 18

DOS RECURSOS

1.	Conceito. Generalidades	432
2.	Fundamento	434
3.	Pressupostos lógico e fundamental	435
4.	Classificação da sucumbência	436
5.	Pressupostos recursais objetivos	440
6.	Pressupostos recursais subjetivos	450
7.	Juízo de admissibilidade, ou prelibação	450
8.	Extinção anormal dos recursos	451
9.	Classificação dos recursos. Recursos ordinário, extraordinário e especial	452
10.	Recursos voluntários e necessários	453

11.	Efeitos dos recursos	456
12.	Unirrecorribilidade	459

CAPÍTULO 19

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1.	Exemplo de interposição	460
2.	Exemplo de razões. Observações	461
3.	Considerações	463
4.	O recurso em sentido estrito	465
5.	É taxativa a enumeração feita pelo art. 581?	466
6.	Como pode ser feita a interposição do recurso em sentido estrito?	467
7.	O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?	467
8.	Prazo para razões e contra-razões	468
9.	Pode o Juiz retratar-se?	469
10.	E se o Juiz retroceder, poderá a parte contrária recorrer?	470
11.	A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?	471
12.	Quando o recurso em sentido estrito deve ser endereçado ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça?	471
13.	É o recurso em sentido estrito sempre endereçado ao Tribunal de Justiça ou ao Tribunal de Alçada?	472
14.	As decisões que comportam recurso em sentido estrito	474
15.	Modelo de interposição de recurso “por termo nos autos” (recurso interposto oralmente)	481
16.	Efeitos	482
17.	Recurso <i>secundum eventum litis</i> e recurso <i>pro et contra</i>	483

CAPÍTULO 20

DO RECURSO DE APELAÇÃO

1.	Exemplo de interposição de recurso de apelo	484
2.	Exemplo de razões. Observação	485
3.	Exemplo de contra-razões	487

4.	Noções	495
5.	Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	495
6.	Comporta toda sentença absolutória ou condenatória o recurso de apelo?	497
7.	Como se interpõe a apelação?	498
8.	O prazo para a interposição da apelação e a sua contagem	498
9.	Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada? Prazo para as razões e contra-razões	500
10.	Quando da interposição de recurso nas razões ou contra-razões podem ser juntados documentos?	501
11.	Pode o apelante protestar pelo oferecimento das suas razões na Superior Instância?	501
12.	A quem é endereçado o recurso de apelo?	502
13.	Apelação plena e limitada	503
14.	Prazo para a remessa dos autos à Superior Instância	504
15.	Pressupostos próprios do recurso de apelo	505
16.	Extinção anormal da apelação	512
17.	Em qualquer apelação, funciona o juízo <i>ad quem</i> sempre como <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i> ?	515
18.	A apelação sobe nos próprios autos?	518
19.	O § 4º do art. 593	518
20.	A apresentação de razões na Superior Instância somente é possível na apelação?	519
21.	Apelação sumária e apelação ordinária	519
22.	Efeitos do recurso de apelação	520
23.	Tem a apelação do assistente efeito suspensivo?	521
24.	A proibição da <i>reformatio in pejus</i>	521

CAPÍTULO 21

DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1.	Modelo de interposição	529
2.	Noções	529
3.	É exclusivo da defesa?	530
4.	Quando cabe	530

5.	Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	531
6.	Pode a defesa protestar e apelar?	533
7.	Quantas vezes pode o réu protestar por novo Júri?	534
8.	Realizado o segundo julgamento, pode o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro julgamento?	535
9.	Razão histórica do protesto	535
10.	Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?	537
11.	Pode o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?	538

CAPÍTULO 22

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1.	Modelo de interposição com as respectivas razões. Observação	540
2.	Modelo de parecer da Procuradoria de Justiça	542
3.	Considerações preliminares	544
4.	Os embargos infringentes e de nulidade	545
5.	Prazo para a sua interposição e respectivo procedimento	546
6.	São os embargos infringentes e de nulidade oponíveis contra qualquer decisão não unânime de segunda instância?	548
7.	A particularidade dos embargos infringentes na Justiça Militar	549
8.	Para a interposição dos embargos deve o réu recolher-se à cadeia?	549
9.	Os embargos no STF	550
10.	Os embargos no STJ	551

CAPÍTULO 23

DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1.	Modelo	553
2.	Generalidades	554
3.	Quando podem ser opostos	555

4.	A quem são dirigidos.....	555
5.	Procedimento	555
6.	Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	556
7.	Quem pode interpor os embargos?	556
8.	Quem os julga?	557
9.	Os embargos na inferior instância	557
10.	Retratabilidade	557
11.	Suspendem o prazo de outro eventual recurso?	557
12.	Extensão dos embargos declaratórios	558

CAPÍTULO 24

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1.	Exemplo de interposição de carta testemunhável. Observações	560
2.	Exemplo de razões	561
3.	Exemplo de contra-razões	563
4.	Observações sobre a carta testemunhável	565
5.	Se o recurso denegado for o extraordinário, caberá carta testemunhável?	566
6.	O prazo para ser requerida a carta testemunhável	567
7.	A obrigação do escrivão de fornecer recibo ao testemunhante	567
8.	Tem a carta testemunhável efeito suspensivo?	568
9.	Qual o procedimento da carta testemunhável na segunda instância?	568
10.	Razões históricas da carta testemunhável	569
11.	Como se conta o prazo	570

CAPÍTULO 25

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1.	Modelo	571
----	--------------	-----

2.	Exemplo de razões	572
3.	Exemplo de contra-razões	573
4.	Generalidades	574
5.	Cabimento	574
6.	Admite-se a correição no processo civil?	576
7.	Origem	576
8.	Surgimento da correição no Estado de São Paulo	577
9.	É inconstitucional?	577
10.	É recurso?	578
11.	Procedimento	579

CAPÍTULO 26

DO “HABEAS CORPUS”

1.	Exemplo de impetração de <i>habeas corpus</i> perante o Juiz de Direito	582
2.	Considerações sobre o <i>habeas corpus</i>	583
3.	Se o <i>habeas corpus</i> não é um recurso, qual a sua natureza jurídica?	584
4.	A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	586
4-A.	Teoria brasileira do <i>habeas corpus</i> : exemplo	586
5.	Pode o <i>habeas corpus</i> ser impetrado por qualquer pessoa? ..	589
6.	Quando o Juiz, ao receber cópia do flagrante, relaxa a prisão, está concedendo <i>habeas corpus</i> de ofício?	589
7.	Qual o órgão competente para conhecer do pedido de <i>habeas corpus</i> ?	590
8.	A competência originária	590
9.	A competência recursal	598
10.	Se, impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i> , o Tribunal denegá-la, que providência poderá ser tomada?	600
11.	Podem os órgãos inferiores da Justiça Militar conhecer de pedidos de <i>habeas corpus</i> ?	600
12.	Se o Tribunal Regional Eleitoral denegar a ordem de <i>habeas corpus</i> , que recurso será oponível?	601

13.	Se o Tribunal de Justiça ou qualquer outro Tribunal (menos o Regional Eleitoral) denegar o recurso ordinário-constitucional, que providência poderá ser tomada?	601
14.	Alguns casos de <i>habeas corpus</i>	603
15.	As informações a serem prestadas pela autoridade coatora	604
16.	Exemplos de <i>habeas corpus</i> impetrados ao Tribunal de Alçada e ao Tribunal de Justiça	604
17.	Observações sobre o <i>habeas corpus</i>	614
18.	A sustentação oral do <i>habeas corpus</i>	614
19.	Exemplo de <i>habeas corpus</i> impetrado ao STJ	615
20.	Outras observações sobre o <i>habeas corpus</i>	616
21.	Pode o pedido de <i>habeas corpus</i> ser reiterado?	617
22.	Pode o <i>habeas corpus</i> beneficiar outras pessoas mesmo que não tenham impetrado a ordem?	618
23.	E se o Tribunal conceder a ordem, poderá ser interposto recurso extraordinário?	618
24.	Nas transgressões disciplinares cabe <i>habeas corpus</i> ?	618
25.	E se o Presidente do Tribunal indeferir, liminarmente, a ordem de <i>habeas corpus</i> , que providência poderá ser tomada?	619
26.	Pode ser impetrada ordem de <i>habeas corpus</i> contra ato do particular?	620
27.	O <i>habeas corpus</i> preventivo e o liberatório	621
28.	Finalidade do <i>habeas corpus</i>	624
29.	Apresentação do paciente	624
30.	Sanções	625
31.	Pedido de informações	625
32.	Intervenção do Ministério Público	626
33.	Como pode ser impetrada a ordem?	626
34.	Concessão	627
35.	Não-cabimento	628
36.	O direito protegido pelo <i>habeas corpus</i>	628
37.	Foi a palavra “iminência”, contida no corpo do art. 647 do CPP, abolida pela Constituição?	629
38.	Liminar em <i>habeas corpus</i>	630

CAPÍTULO 27

DO RECURSO ORDINÁRIO-CONSTITUCIONAL

1.	Exemplo de interposição	632
2.	Exemplo das razões	632
3.	Os três tipos de recurso ordinário-constitucional	635
4.	O recurso criminal ordinário-constitucional, na hipótese do art. 102, II, <i>b</i> , da Magna Carta	635
5.	O recurso ordinário-constitucional	638
6.	Procedimento	639

CAPÍTULO 28

DA REVISÃO CRIMINAL

1.	Exemplo de propositura de revisão criminal	641
2.	Apresentada a petição, que providência deve ser tomada?	643
3.	Generalidades	643
4.	O erro judiciário e a coisa julgada	645
5.	A revisão <i>pro societate</i>	647
6.	A revisão criminal no Brasil	648
7.	A natureza jurídica	649
8.	Pressuposto primordial da revisão	651
9.	Oportunidade	651
10.	Legitimidade	651
11.	Pode o Ministério Público requerer a revisão?	653
12.	A revisão e a decisão do Júri	654
13.	Competência	656
14.	Os fundamentos do pedido	658
15.	Extinção da punibilidade	659
16.	Unificação de penas	661
17.	Revisão para aumentar a pena	661
18.	Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	662
19.	Precisa o condenado recolher-se à cadeia?	663

20.	Conversão em diligência	663
21.	As regras dos arts. 621 e 626 do CPP	664
22.	Absolvição e revisão	664
23.	Prazo	665
24.	O pedido	665
25.	Procedimento	666
26.	Julgamento	667
27.	Improcedência	668
28.	Procedência	668
29.	Conseqüências	669
30.	Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	669
31.	Reiteração	672
32.	Sentença estrangeira	673
33.	A Justiça Eleitoral	673
34.	Morte do condenado	674
35.	A indenização. Nota	674

CAPÍTULO 29

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1.	Noções gerais	676
2.	Recurso extraordinário: conceito	676
3.	A denominação “extraordinário”	678
4.	Outras funções do STF	679
5.	Quando é cabível o recurso extraordinário?	679
6.	Legitimidade	680
7.	Procedimento	681
8.	Denegação. Recurso oponível	683
9.	Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	684
10.	Problemas especiais	685
11.	Recurso extraordinário e recurso especial	686
12.	Modelo	687
13.	Súmulas do STF em matéria criminal	689

CAPÍTULO 30

DO RECURSO ESPECIAL

1.	O recurso especial	697
2.	Quando cabe	697
3.	Finalidade	701
4.	Procedimento	702
5.	Denegação	703
6.	Outras funções do STJ	704
7.	Súmulas do STJ em matéria criminal	704
8.	Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	710
9.	Modelos	710

CAPÍTULO 31

DOS AGRAVOS

1.	Os agravos no processo penal	729
2.	Histórico	729
3.	O agravo de instrumento no processo penal	730
4.	Modelo de agravo de instrumento	734
5.	O agravo em execução	740
6.	Modelo de agravo em execução	743
7.	O agravo regimental	747
8.	Modelo de agravo regimental	748
9.	O recurso inominado	749